

**3ª CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO Nº 0323844-6

NPU: 00071-61.2013.8.17.0110

APELANTE: CHAMPION FARMOQUIMICO LTDA

APELADO: JUAREZ LUIZ DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATORA SUBSTITUTA: CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

**VOTO**

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PRESCRIÇÃO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA POR TELEFONE. FRAUDE. UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DO AUTOR POR FALSÁRIO. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. RISCO DO NEGÓCIO ASSUMIDO PELO FORNECEDOR. DANO MORAL *IN RE IPSA*. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.**

1. A prescrição invocada pela Recorrente constitui-se como matéria de ordem pública e, a despeito de não ter sido ventilada na instância de origem, há de ser enfrentada por esta Corte, ante o efeito translativo de que dispõe o recurso de apelação. O prazo prescricional aplicável à hipótese vertente é aquele estampado no art. 27 do CDC, já que a litígio estabelecido entre as partes envolve falha na prestação de serviço numa relação nitidamente de consumo. Desta feita, toma-se como *dies a quo* para análise da prescrição o dia seguinte à data em que foi realizada a última negativação do nome do Apelado, isto é 18/03/2009. Assim, considerando que a propositura da ação deu-se 16/01/2013, apenas 03 (três) anos e 10 (dez) meses depois, tem-se por respeitado, portanto, o prazo prescricional de 05 (cinco) anos previsto naquele dispositivo supracitado. Prejudicial de mérito rejeitada.

2. As circunstâncias em apreço revelam que o contrato, com base no qual a Recorrente lançou o débito e inscreveu o nome do Apelado nos cadastros de restrição ao crédito, foi firmado por terceiro falsário que se utilizou dos dados pessoais do Recorrido.

3. A hipótese reflete verdadeira relação de consumo, ao contrário do que quer fazer crer a Apelante, na qual o Apelado figura como verdadeiro consumidor por equiparação, nos termos dos arts. 17 e 29 do CDC. Portanto, a situação posta sob análise reflete indubitavelmente hipótese de responsabilidade civil objetiva da Apelante, com fulcro na teoria do risco do empreendimento, ante a má prestação dos serviços, à luz do que disciplina o art. 14 do CDC.

4. É de se ressaltar que a própria Apelante não cuidou em minimizar o risco do negócio jurídico que deu origem aos débitos e às negativações correspondentes, pois aceitou vender seus produtos por telefone, medida que não permitiu sequer a análise dos documentos pessoais do comprador. A falta de cuidado da Apelante foi a causa para o lançamento do débito e a respectiva inclusão do nome do Apelado nos cadastros restritivos de crédito.

5. A inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, por violar a honra objetiva, gera dano moral presumido (*in re ipsa*), dispensando a produção de prova, e não mero aborrecimento, como quer convencer a Apelante. Precedentes.

6. Não cabe afastar a condenação pelos danos morais da Apelante, sob o argumento de se aplicar o entendimento estampado na Súmula 385 do STJ. Isso porque, consoante se verifica na leitura dos julgados que deram origem ao referido enunciado sumular, esse tem aplicação específica, "referindo-se apenas às hipóteses em que a

indenização é pleiteada em face do órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito, que deixa de providenciar a notificação prevista no art. 43, § 2º, do CDC antes de efetivar a anotação do nome do devedor no cadastro" (AgRg no Ag no REsp nº 364.115/MG)

7. Quantum indenizatório fixado em atenção aos critérios objetivos e subjetivos utilizados pela jurisprudência para o estabelecimento da indenização por danos extrapatrimoniais, e em perfeita consonância com a posição adotada pela Corte Superior em casos análogos.

8. Recurso improvido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº. 0323844-6, em que figura como Apelante Champion Farmoquimico Ltda e como Apelado Juarez Luiz da Silva, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar a prejudicial de mérito e em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Recife,

12.06.14.

Cátia Luciene Laranjeira de Sá

Relatora substituta



**3ª CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO Nº 0323844-6

NPU: 00071-61.2013.8.17.0110

APELANTE: CHAMPION FARMOQUIMICO LTDA

APELADO: JUAREZ LUIZ DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATORA SUBSTITUTA: CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

**RELATÓRIO**

Cuida-se de apelação interposta pela Champion Farmoquimico Ltda contra sentença (fls. 57/61) do Juízo da Primeira Vara Cível da Comarca de Afogados da Ingazeira, que julgou procedente a ação declaratória de inexistência de débito, com pedido de indenização por dano moral e antecipação de tutela, condenando a empresa Apelante a indenizar o Recorrido pelos danos morais no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em decorrência da negativação do seu nome por débito oriundo de contrato jamais formalizado entre as partes.

A magistrada de primeiro grau reconheceu a responsabilidade civil da Apelante ao constatar a falta de cautela desta ao realizar a inscrição do nome do autor no cadastro de maus pagadores por dívida não contraída por ele e por não ter produzido prova capaz de atestar a existência de negócio jurídico que legitimasse o débito e, conseqüentemente, a negativação do nome do apelado. Na hipótese, a indenização pelos danos morais foi concedida na modalidade *in re ipsa*.

Nas suas razões recursais (fls. 70/79), suscitou a empresa Apelante: a) a prescrição da pretensão do Autor/Apelado de obter indenização por danos morais, já que a última negativação em seu nome ocorreu em 17/03/2009 e a ação só foi proposta em 16/01/2013, desrespeitando o prazo previsto no art. 206, § 3º, V do CC; b) a inaplicabilidade do CDC à espécie, uma vez que o próprio Autor/Apelado negou ter adquirido produto ou serviço como destinatário final, afastando a possibilidade de se identificar relação de consumo entre as partes; c) que o "golpe" ocorreu porque a compra e venda foi realizada por telefone e nessa modalidade de negócio não é possível detectar fraudes desse tipo; d) não há como atribuir culpa à Recorrente pelo incidente, vez que a ação fraudulenta foi intentada por terceiros, circunstância que afasta o nexo de causalidade exigido para a configuração da responsabilidade civil; d) que na sentença atacada não se considerou o fato da Apelante ter encaminhado nota fiscal das mercadorias compradas a pedido de alguém que se passou pelo Autor; e) é evidente que o Autor/Apelado não sofreu nenhum prejuízo moral em razão da negativação efetuada pela Apelante, já que possuía várias outras inscrições em seu nome e a Súmula 385 do STJ desconhece a configuração de danos

morais nessas hipóteses; f) segundo o STJ, o descumprimento contratual não tem o condão de gerar danos morais.

Ao final, pugnou pelo provimento do apelo a fim de ver reformada a sentença vergastada para julgar improcedente a demanda. Alternativamente, em sendo mantida a sentença, requereu a redução do valor da indenização por danos morais para R\$ 1.000,00.

Contrarrazões pela Apelada às fls. 86/88.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 14.01.14.

Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora substituta

**3ª CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO Nº 0323844-6

NPU: 00071-61.2013.8.17.0110

APELANTE: CHAMPION FARMOQUIMICO LTDA

APELADO: JUAREZ LUIZ DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATORA SUBSTITUTA: CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

**PREJUDICIAL DE MÉRITO: PRESCRIÇÃO**

A prescrição invocada pela Recorrente constitui-se como matéria de ordem pública e, a despeito de não ter sido ventilada na instância de origem, há de ser enfrentada por esta Corte, ante o efeito translativo de que dispõe o recurso de apelação.

Isso porque tal efeito representa verdadeira projeção do “princípio inquisitório” e como tal indica que todas as matérias passíveis de conhecimento de ofício, isto é, sem provocação de qualquer das partes, ao logo do procedimento podem e devem ser apreciadas igualmente de ofício no seguimento recursal<sup>1</sup>. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. **PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA INSUSCETÍVEL DE PRECLUSÃO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.** INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. SUSPENSÃO DO LUSTRO PRESCRICIONAL POR INEXISTÊNCIA DE LIQUIDEZ DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. 1. Discute-se nos autos a ocorrência da pretensão executiva. O tribunal de origem consignou que o acórdão exequendo transitou em julgado em 8.3.2002. Por ter sido ajuizado o protesto interruptivo da prescrição em 9.3.2007, ocorreu a alegada prescrição. 2. Não há violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso. 3. **Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, a prescrição é matéria de ordem pública e, como tal, não se sujeita à preclusão perante as instâncias ordinárias, podendo ser conhecida de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição.** 4. A decisão da Corte a quo, quanto à interrupção da prescrição, pautou-se na prova dos autos e, atestada a ocorrência de erro material quanto à data do trânsito em julgado da ação de conhecimento, para infirmar as conclusões da instância ordinária, necessário seria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 5. Não se cumpriu o necessário e indispensável exame da questão relativa à suspensão do lustro prescricional por inexistência de liquidez do título executivo judicial, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, a despeito da oposição dos embargos de declaração. Incidência da Súmula 211/STJ. 6. Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pelos postulantes, pois a tal não está obrigado. Agravo regimental improvido. (STJ, 2ª T., AgRg no REsp 1339970/RS, Rel. Min. Humberto Martins, j. 11/06/2013, in DJe 19/06/2013)

Nesta senda, passa-se a enfrentar a prescrição invocada pela parte Apelante.

Argumenta o Recorrente que, à luz da regra contemplada no art. 206, § 3º, V do CC/2002, a pretensão reparatória perseguida pela Apelada estaria prescrita, pois, última negativação realizada em seu nome pela Apelante deu-se em 17/03/2009 e a ação só foi proposta em 16/01/2013.

<sup>1</sup> BUENO, Cássio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. Vol 5. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 114

Ocorre que o prazo prescricional aplicável à hipótese vertente é aquele estampado no art. 27 do CDC, já que a litígio estabelecido entre as partes envolve falha na prestação de serviço numa relação nitidamente de consumo. A esse respeito:

DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR FATO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. CINCO ANOS. ART. 27 DO CDC. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. Segundo a jurisprudência desta Corte, o prazo de prescrição para o consumidor pleitear reparação por falha na prestação do serviço é de cinco anos, consoante previsto no art. 27 do CDC. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, 4ª T., AgRg no REsp 995890/RN, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, j. 12/11/2013, in DJe 21/11/2013)

Desta feita, toma-se como *dies a quo* para análise da prescrição o dia seguinte à data em que foi realizada a última negativação do nome do Apelado (fls. 12), isto é 18/03/2009. Assim, considerando que a propositura da ação deu-se 16/01/2013, apenas 03 (três) anos e 10 (dez) meses depois, tem-se por respeitado, portanto, o prazo prescricional de 05 (cinco) anos previsto naquele dispositivo supracitado.

Ante o exposto, **REJEITO** a prejudicial de mérito aventada.

Recife, 12.06.14.

Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora substituta

**3ª CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO Nº 0323844-6

NPU: 00071-61.2013.8.17.0110

APELANTE: CHAMPION FARMOQUIMICO LTDA

APELADO: JUAREZ LUIZ DA SILVA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

RELATORA SUBSTITUTA: CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

**VOTO**

Da leitura dos autos, verifica-se que o Apelado ingressou com a demanda em tela após descobrir que seu nome havia sido inscrito nos órgãos de proteção ao crédito por débito oriundo de contrato que jamais formalizou com a Apelante.

O magistrado de primeiro grau identificou, através dos documentos colacionados nos autos, que o Autor/Apelante foi vítima de fraude praticada por falsário, declarando a inexistência do débito lançado em seu nome pela Apelante e atribuindo a esta a responsabilidade civil pelos prejuízos de ordem moral que o Apelado suportou com a negativação indevida.

Ao contrário do que tenta fazer crer a Recorrente, a sentença não merece reparos.

Isso porque, como bem identificou o Juízo singular, a Apelante não fez prova da existência e validade do suposto negócio jurídico firmado com o Recorrido, pois não trouxe aos autos nenhum documento comprobatório de que fora ele mesmo, o Apelado, quem realizou as compras materializadas nas notas fiscais que acostou, quando, se sabe, sobre ela recaía tal ônus (art. 6º VI do CDC).

Ao revés, há nos autos prova atestando que o Autor/Apelado teve seus documentos pessoais extraviados no ano de 2002 (fls. 11), circunstância determinante para a ação dos falsários e consequentemente para a fraude. Aliás, cabe registrar que a fraude é evidente na espécie, vez que as notas fiscais acostadas pela Ré/Apelante fazem referência a endereços nos Estados de Goiás e São Paulo como se fossem do Apelado, quando se vê que a residência deste é no município de Afogados da Ingazeira, no interior deste Estado, conforme se infere do documento de fls. 11.

E para que não restem mais dúvidas quanto à fraude identificada na espécie, menciona-se a nota fiscal de fls. 42, na qual há assinatura totalmente diversa da assinatura do Autor/Apelado, constante da procuração de fls. 07.

Assim, as circunstâncias em apreço revelam que o contrato com base no qual a Recorrente lançou o débito e inscreveu o nome do Apelado nos cadastros de restrição ao crédito, foi firmado por terceiro falsário que se utilizou os dados pessoais do Recorrido.

A hipótese reflete verdadeira relação de consumo, ao contrário do que quer fazer crer, a Apelante, na qual o Apelado figura como verdadeiro consumidor por equiparação, nos termos dos arts. 17 e 29 do CDC<sup>2</sup>.

A situação posta sob análise reflete indubitavelmente hipótese de responsabilidade civil objetiva da Apelante, com fulcro na teoria do risco do empreendimento, ante a má prestação dos serviços. A fraude perpetrada por terceiros, que se utilizaram da documentação do consumidor para contratar com a Apelante, é exemplo da espécie de risco que deve ser assumido pelo fornecedor, por se tratar de caso fortuito interno. Leciona Sérgio Cavalieri Filho que:

"O fortuito interno, assim entendido o fato imprevisível e, por isso, inevitável ocorrido no momento da fabricação do produto ou da realização do serviço, não exclui a responsabilidade do fornecedor porque faz parte da sua atividade, liga-se aos riscos do empreendimento, submetendo-se à noção geral de defeito de concepção do produto ou de formulação do serviço. Vale dizer, se o defeito ocorreu antes da introdução do produto no mercado de consumo ou durante a prestação do serviço, não importa saber o motivo que determinou o defeito; o fornecedor é sempre responsável pelas suas consequências, ainda que decorrente de fato imprevisível e inevitável"<sup>3</sup>.

É de se ressaltar que a própria Apelante não cuidou em minimizar o risco do negócio jurídico que deu origem aos débitos e às negativas correspondentes, pois aceitou vender seus produtos por telefone, medida que não permitiu sequer a análise dos documentos pessoais do comprador.

De outra maneira, a Apelante tenta convencer esta E. Corte de que a fraude deu-se por culpa exclusiva do terceiro estelionatário. Ocorre que a falta de cuidado da Apelante foi a causa para o lançamento do débito e a respectiva inclusão do nome do Apelado nos cadastros restritivos de crédito.

*In casu*, resta evidente o caráter defeituoso do serviço, à luz do que disciplina o art. 14, caput e § 1º do CDC e da jurisprudência do E. STJ.

Diante disso, conclui-se que a obrigação da Ré/Apelante de indenizar o Autor/Apelado pelos danos morais é inequívoca, já que inscreveu indevidamente este último em cadastro de maus pagadores. A fraude praticada por terceiros, como visto, não exclui o dever de indenizar o Autor, ora Apelado.

Cumpre anotar, ademais, que a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, por violar a honra objetiva, gera dano moral presumido (*in re ipsa*), dispensando a produção de prova<sup>4</sup> e

<sup>2</sup> Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

Art. 29. Para os fins deste Capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas

<sup>3</sup> Programa de Responsabilidade Civil, 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 533-534.

<sup>4</sup> Recurso Especial Nº 556200/RS, Recurso Especial Nº 1105974/BA



não mero aborrecimento, como quer convencer a Apelante. Nesse sentido, colhe-se o aresto a seguir, prolatado em caso análogo ao presente e que demonstra o entendimento consolidado do E. STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **FRAUDE BANCÁRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANO MORAL IN RE IPSA. NEXO DE CAUSALIDADE.** SÚMULA N. 7/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC. 1. **"As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno"** (Resp n. 1.199.782/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2011, DJe 12/9/2011). (...) (STJ, 4ª T., AgRg no AREsp 92579/SP, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, j. 04/09/2012, in DJe 12/09/2012)

E não cabe afastar a condenação pelos danos morais da Apelante, sob o argumento de se aplicar o entendimento estampado na Súmula 385 do STJ. Isso porque, consoante se verifica na leitura dos julgados que deram origem ao referido enunciado sumular, esse tem aplicação específica, "referindo-se apenas às hipóteses em que a indenização é pleiteada em face do órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito, que deixa de providenciar a notificação prevista no art. 43, § 2º, do CDC antes de efetivar a anotação do nome do devedor no cadastro"<sup>5</sup>. A esse respeito: AgRg no REsp 1.046.881/RS, AgRg no REsp 1.057.337/RS, AgRg no REsp 1.081.404/RS, AgRg no REsp 1.081.845/RS, REsp 992.168/RS, REsp 1.002.985/RS, REsp 1.008.446/RS e o REsp 1.062.336/RS, cuja ementa bem elucida a questão:

Direito processual civil e bancário. Recurso especial. Ação de compensação por danos morais. Inscrição em cadastro de proteção ao crédito sem prévia notificação. Dano moral reconhecido, salvo quando já existente inscrição desabonadora regularmente realizada, tal como ocorre na hipótese dos autos. I- Julgamento com efeitos do art. 543-C, § 7º, do CPC. - **Orientação: A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43, §2º do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais, salvo quando preexistia inscrição desabonadora regularmente realizada.** Vencida a Min. Relatora quanto ao ponto. II- Julgamento do recurso representativo. - Não se conhece do recurso especial quando o entendimento firmado no acórdão recorrido se ajusta ao posicionamento do STJ quanto ao tema. Súmula n.º 83/STJ. Recurso especial não conhecido." (Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 12/5/2009)

No que concerne ao pleito de redução do *quantum* indenizatório arbitrado na origem para R\$ 1.000,00, este não merece ser acolhido. É que a jurisprudência pátria, ao longo desses anos e diante das diversas situações que demandaram tutela jurisdicional nesse sentido, estabeleceu parâmetros que orientam o julgador na resolução do conflito com a fixação de indenizações em atenção à máxima equidade que o caso requer.

<sup>5</sup> STJ, 4ª T., AgRg no Ag no REsp nº 364.115/MG, Rel. Ministro Raul Araújo, j. 12.11/13, in DJe: 11/12/2013

As principais circunstâncias a serem consideradas como elementos objetivos e subjetivos para o estabelecimento da indenização por danos extrapatrimoniais são: a) a gravidade do fato e suas consequências para a vítima (dimensão do dano); b) a intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente (culpabilidade do agente); c) a eventual participação culposa do ofendido (culpa concorrente da vítima); d) a condição econômica do ofensor; e) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Percebe-se que o valor fixado encontra-se em perfeita consonância com esses critérios, na medida em que a gravidade do fato e do dano são indiscutíveis.

Ademais, é de se destacar que o valor de R\$ 5.000,00 arbitrado na origem a título de danos morais condiz indubitavelmente com os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que, em casos análogos, o STJ tem aplicado inclusive indenizações em quantias superiores à contestada na presente lide (STJ, 3ª T., Rel. Min. Sidnei Beneti, j. 28/05/2013 – R\$10.000,00; 4ª T., Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, j. 04/12/2012 – R\$5.000,00; AgRg no AREsp 140061/SP, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, j. 28/08/2012, in DJe 04/09/2012 – R\$10.000,00; 4ª T., AgRg no AREsp 111657/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 13/03/2012, DJe 19/03/2012 – R\$5.500,00).

Ante o exposto, voto para que seja **NEGADO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo irretocável a sentença vergastada.

Recife,

17.06.14.

Cátia Luciene Laranjeira de Sá

Relatora Substituta

71  
Cátia



GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

106

**Apelação Cível n. 323.844-6**

Apelante: Champion Farmoquímico Ltda.

Apelado: Juarez Luiz da Silva

**Relatora Substituta: Cátia Luciene Laranjeira de Sá**

**Revisor: Des. Eduardo Sertório Canto**

Peco Benta  
26/05/14

## VOTO DE REVISÃO

Acolho o relatório à fl. 148, exarado pela Relatora Substituta Cátia Luciene Laranjeira de Sá.

Passo a examinar o recurso de apelação.

### 1. Prejudicial de mérito: prescrição

Embora a prescrição não tenha sido alegada na instância de origem, não fica tal matéria preclusa, pois pode ser apreciada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição. Trata-se de posição firme do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO QUANDO ALEGADAS EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA, QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO. ART. 557, § 2º, DO CPC. MULTA. CABIMENTO.

1. A pacífica jurisprudência do STJ entende que as matérias de ordem pública devem de ser analisadas ex officio, em qualquer tempo e grau de jurisdição ordinária, não estando sujeitas à preclusão. Contudo, quando alegadas em sede de recurso especial, devem preencher o requisito de prequestionamento. Nesse sentido: AgRg nos EREsp 999.342/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, julgado em 24/11/2011, DJe 1/2/2012.

2. O agravante, em suas razões, não traz nenhum outro argumento novo capaz de modificar a decisão ora agravada, que se mantém por seus próprios fundamentos.

4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa. (AgRg no AREsp 270.807/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 02/04/2013) (original sem destaques)

E mais:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA INSUSCETÍVEL DE PRECLUSÃO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. SUSPENSÃO DO LUSTRO PRESCRICIONAL POR INEXISTÊNCIA DE LIQUIDEZ DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Discute-se nos autos a ocorrência da pretensão executiva. O tribunal de origem consignou que o acórdão exequendo transitou em julgado em 8.3.2002. Por ter sido ajuizado o protesto interruptivo da prescrição em 9.3.2007, ocorreu a alegada prescrição.

2. Não há violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

3. **Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, a prescrição é matéria de ordem pública e, como tal, não se sujeita à preclusão perante as instâncias ordinárias, podendo ser conhecida de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição.**

[...]

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1339970/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 19/06/2013) (original sem destaques)

Feita tal consideração, passo a analisar a referida prejudicial de mérito.

Compulsando os autos, verifico ter sido a última inscrição indevida datada de 17/03/2009 (fl. 12), enquanto a ação foi protocolada em 09/01/2013. Ainda que se presuma ter tido Juarez ciência da inscrição em 17/03/2009, não estaria consumado o prazo prescricional, que é de dez anos a partir do conhecimento da negativação. Neste sentido:

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. RELAÇÃO ENTRE BANCO E CLIENTE. CONSUMO. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO EXTINGUINDO O DÉBITO ANTERIOR. DÍVIDA DEVIDAMENTE QUITADA PELO CONSUMIDOR.

INSCRIÇÃO POSTERIOR NO SPC, DANDO CONTA DO DÉBITO QUE FORA EXTINTO POR NOVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. INAPLICABILIDADE DO PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO ARTIGO 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL.

1. O defeito do serviço que resultou na negativação indevida do nome do cliente da instituição bancária não se confunde com o fato do serviço, que pressupõe um risco à segurança do consumidor, e cujo prazo prescricional é definido no art. 27 do CDC.

2. **É correto o entendimento de que o termo inicial do prazo prescricional para a propositura de ação indenizatória é a data em que o consumidor toma ciência do registro desabonador, pois, pelo princípio da "actio nata", o direito de pleitear a indenização surge quando constatada a lesão e suas consequências.**

3. A violação dos deveres anexos, também intitulados instrumentais, laterais, ou acessórios do contrato - tais como a cláusula geral de boa-fé objetiva, dever geral de lealdade e confiança recíproca entre as partes -, implica responsabilidade civil contratual, como leciona a abalizada doutrina com respaldo em numerosos precedentes desta Corte, reconhecendo que, no caso, a negativação caracteriza ilícito contratual.

4. **O caso não se amolda a nenhum dos prazos específicos do Código Civil, incidindo o prazo prescricional de dez anos previsto no artigo 205, do mencionado Diploma.**

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1276311/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2011, DJe 17/10/2011) (original sem destaques)

Portanto, não se verificou, no presente caso, a prescrição decenal.

Face ao exposto, voto no sentido de **rejeitar** a prejudicial de mérito da prescrição.

É como voto.

Recife, 17.6.14

**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Revisor



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

107

**Apelação Cível n. 323.844-6**

Apelante: Champion Farmoquímico Ltda.

Apelado: Juarez Luiz da Silva

**Relatora Substituta: Cátia Luciene Laranjeira de Sá**

**Revisor: Des. Eduardo Sertório Canto**

**2. Mérito**

Caso seja ultrapassada a prejudicial da prescrição, passo ao exame do mérito da apelação.

Primeiramente, ao contrário da tese defendida pela empresa apelante, aplica-se ao caso o Código de Defesa do Consumidor. Ainda que Juarez não tenha adquirido os produtos da Champion, fica ele equiparado a consumidor, por estar exposto às práticas comerciais da empresa, nos termos do art. 29 do CDC.

Com a aplicação do referido diploma, agiu bem o juiz ao determinar a inversão do ônus da prova. Tendo o magistrado tomado tal providência, caberia à Champion demonstrar a existência de contrato firmado com Juarez. A empresa apelada limitou-se a juntar notas fiscais (fls. 40/42), as quais comprovam a existência de fraude. Isto porque, primeiramente, os endereços constantes das notas referem-se a outros estados, enquanto Juarez reside no município de Afogados da Ingazeira. Ademais, a nota fiscal à fl. 42 contém assinatura divergente da de Juarez, na procuração à fl. 07.

Comprovada a ocorrência de fraude de terceiro, deve-se perquirir se ela é capaz de elidir a responsabilidade da Champion.

Não se vislumbra a culpa exclusiva de terceiro. Embora tenha havido a ação de falsário, a própria empresa afirma, à fl. 74, ter sido a venda efetuada por telefone, meio propício para a realização de fraudes. Portanto, a falta de diligência configura ato ilícito, que teve como resultado a consumação da fraude e a consequente inscrição do nome de Juarez no cadastro dos inadimplentes.

No mais, merece ser rechaçada a alegação da Champion segundo a qual inexistiriam danos morais em virtude de prévias inclusões em órgãos de proteção ao crédito (Súmula 385 do STJ). A referida súmula só se aplica quando a ação é proposta perante o órgão de restrição creditícia que não faz a notificação antes de proceder à inclusão. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.  
EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES ANTERIORES. IRRELEVÂNCIA. HIPÓTESE EM QUE NÃO SE APLICA A SÚMULA 385/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL.  
SÚMULA 7/STJ.

1. A incidência da Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça somente é aplicável às hipóteses em que a indenização é pleiteada em face do órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito, que deixa de providenciar a notificação prevista no art. 43, § 2º, do CDC antes de efetivar a anotação do nome do devedor no cadastro.

**Precedentes.**

2. O entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso.

3. Nesse contexto, a revisão do julgado encontra óbice na Súmula 7/STJ, por demandar o vedado revolvimento de matéria fático-probatória.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 364.115/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 11/12/2013) (original sem destaques)

Por fim, o valor de R\$ 5.000,00, arbitrado pelo juiz *a quo*, não se revela desarrazoado, pois o STJ admite montantes de até cinquenta salários mínimos. Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. AUSÊNCIA. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO. PARÂMETROS DESTA CORTE. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA Nº 54/STJ.

1. A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.061.134/RS, Rel. Ministra Nancy Andrigli, em 10/12/2008, DJe 1º/4/2009, pacificou entendimento de que a ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em órgão de proteção ao crédito enseja a indenização por danos morais, exceto se preexistirem outras inscrições regularmente realizadas.

2. Segundo a jurisprudência desta Corte, é razoável o valor do dano moral fixado em até 50 (cinquenta) salários mínimos para os casos de inscrição inadvertida em cadastros de inadimplentes, devolução indevida de cheques, protesto incabível e outras situações assemelhadas.

3. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**Precedentes.**

4. A jurisprudência pacificada nesta Corte é no sentido de que os juros moratórios incidem desde a data do evento danoso quando a responsabilidade é extracontratual, aplicando-se ao caso a Súmula Nº 54/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1185357/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2013, DJe 10/10/2013) (original sem destaques)

Assim, deve ser mantido não apenas o dever de indenizar, mas também o *quantum* estabelecido pelo juiz *a quo*.

Face ao exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao apelo, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 12.6.14

**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Revisor